

Educação

O Conselho Nacional de Educação (CNE) está elaborando as diretrizes curriculares mínimas, de maneira a deixar às instituições de ensino superior, tal como já ocorre com as universidades e centros universitários, liberdade para organizar em grande parte os currículos dos cursos de graduação. A orientação obedece à lógica de uma das prerrogativas básicas do ensino superior — a liberdade acadêmica, ou autonomia didático-científica. E segue a filosofia adotada pela última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que trocou a uniformidade e rigidez de nosso sistema de ensino superior pela diversificação, flexibilidade e até regionalização.

O princípio da liberdade acadêmica não é predicado desta ou daquela organização do ensino superior. Pertence aos interesses do ensino, como criação de novos conhecimentos; e atende à necessidade de preservar a investigação e a experiência científicas das investidas de controle reiteradamente intentadas pelo poder — primeiro, o da Igreja e, depois, o do Estado centralizador. Ele livra o ensino superior de se tornar mero instrumento de controle social, nas mãos deste ou daquele.

Por isso, não se entende por que tal liberdade deva ser exclusiva das universidades ou centros universitários. É fazer prevalecer o formalismo da organização sobre os interesses da ciência e do ensino. Deveria ser bastante que as instituições de ensino superior, ainda que não universitárias, tivessem certa tradição e apresentassem bom desempenho nas avaliações, que se espera se transformem em rotina de nossa política educacional.

E, no Brasil, o formalismo foi muito além de cercar a liberdade de estabelecimentos isolados de ensino superior. Estendeu-se à própria universidade, criando para esta um paradigma único, em matéria de princípios, como em questões de organização. Foi uma maneira não muito suítil de se reintroduzir o controle político de universidade, nos padrões do velho colégio napoleônico, razão última — embora nem sempre consciente — da revolta estudantil dos anos 60 na França. E sobretudo uma maneira de expropriar a chamada comunidade acadêmica de sua capa-



O ESTADO DE S. PAULO

Liberdade acadêmica

cidade de invenção e de iniciativa. Assim chegamos ao modelo de universidade iniciado com a reforma de 1968 e consagrado pela Constituição, 20 anos mais tarde; em que são indissociáveis o ensino, a extensão e a pesquisa. Um modelo lisonjeiro para os menos lúcidos e mais conformistas, que confere *status*, sem de forma alguma incutir qualidade.

Os exemplos desse desatino político, produzido pelo furor centralizante, são muitos. Havia escolas

de excelente padrão, que foram obrigadas pela legislação a agregar cursos de qualificação incomparavelmente menor, para se garantir o *status* formal de universidade. Em Minas, podemos destacar duas: a antiga Escola Agrícola de Viçosa, pioneira das ciências agrárias e a atrair assim estudantes do Brasil inteiro, que remonta aos tempos de um viçosense ilustre, Arthur Bernardes; e a mais que centenária Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, que forneceu durante décadas os quadros para a indústria siderúrgica e de geração de energia elétrica, bem como para

a pesquisa geológica. Outro exemplo, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, enquadrado pelo formalismo para que fossem reconhecidos seus diplomas em engenharia, embora de valor visível a olho nu. Ou de cursos de mestrado da Universidade de São Paulo, que só obtiveram reconhecimento depois de cumpridos expedientes de tipo cartorial.

A política que se esboça atualmente no CNE pode levar alguns anos e sobretudo muita perseverança, antes de ver corrigidas as injunções do autoritarismo político, que criaram nosso modelo tirânico de universidade — e quanto mais formal,

tanto mais tirânico. Mas pode beneficiar desde já as novas carreiras que surgem, por exigência do mercado — informática, relações internacionais, comércio exterior, turismo; e que conseguirem se livrar da sanha da regulamentação das profissões, outro percalço no desenvolvimento de nosso ensino superior.

**A liberdade para
organizar
currículos
responde aos
interesses do
ensino**